



OPINIÃO

Seguro rural e tecnologia são os alicerces do agro do futuro

Sergio Rocha (*)

A quantidade de pedidos de recuperação judicial no agro praticamente explodiu em 2024.

Foram quase 1.300 solicitações no ano, mais que o dobro do registrado em 2023. O dado expõe uma realidade incômoda: a vulnerabilidade financeira do setor segue alta, e a urgência por proteção estratégica nunca foi tão clara. Entre as principais saídas, o seguro rural se consolida como ferramenta essencial para mitigar riscos e evitar prejuízos que podem comprometer toda uma operação.

Apesar do seguro rural ter sido criado, por lei, em 2003, sua adesão ainda é muito baixa. Apenas cerca de 10% da área agrícola brasileira é segurada, em contraste com uma fatia de 80% nos Estados Unidos. A ferramenta é essencial para proteger o produtor, o sistema financeiro, a cadeia de insumos e as finanças públicas, especialmente diante das mudanças climáticas e instabilidades de mercado. Além disso, globalmente, movimentos como o "tarifaço", nos Estados Unidos, também aumentam as oscilações nos preços das commodities, encarecendo insumos essenciais para as operações no campo.

É claro, não podemos esquecer das mudanças climáticas. Uma das pautas mais importantes em todo o mundo na atualidade, esses eventos extremos promovem várias imprevisibilidades para o agro, não apenas travando entregas, mas também prejudicando a cadeia produtiva como um todo do dia para a noite.

As enchentes que impactaram o Rio Grande do Sul em 2024 são exemplos disso. Não à toa, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural alterou a distribuição do orçamento de mais de R\$ 1 bilhão do PSR (Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural), disponibilizando R\$ 210 milhões para auxiliar os produtores do estado, segundo o Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária). O alto custo é um obstáculo, agravado pela falta de subsídios suficientes do governo para o prêmio do seguro. Por isso, iniciativas como o projeto de lei 2951/2024, que busca estruturar um fundo de catástrofe, são vistas como um avanço importante para o futuro do agronegócio brasileiro.

Isso reforça que o seguro rural é um mecanismo essencial de proteção para cobrir perdas. Só esse fator já traria mais previsibilidade de receita para as empresas, uma vez que a continuidade das operações estaria garantida. No entanto, a estabilidade na produção e no abastecimento é fortalecida por outras diversas vantagens, que ajudam as empresas a planejar uma jornada de crescimento sem surpresas negativas.

É o caso da facilidade de obtenção de crédito, por exemplo. Instituições financeiras enxergam com bons olhos os recursos que asseguram a confiabilidade das atividades dos produtores, confiando que os recursos disponibilizados

trarão um bom retorno. Ou ainda podemos citar o próprio fortalecimento da cadeia de suprimentos, uma vez que reduz o risco de calote a fornecedores.

Por que a adesão ao seguro rural ainda é baixa no Brasil?

Apesar das suas inúmeras vantagens, o seguro rural ainda não foi abraçado como poderia no território brasileiro. O principal motivo disso é a assimetria de informações. Instituições financeiras têm dificuldades em obter dados básicos e atualizados sobre as propriedades rurais, como tipo de cultura, datas de plantio e aderência ao ZARC (Zoneamento Agrícola de Risco Climático).

Isso sem entrar no mérito de outros agravantes, como as grandes distâncias físicas entre centros financeiros e áreas rurais, que impõe custos elevados e baixa capilaridade. Ou até mesmo a própria ineficiência da regulação de sinistros, que exige presença em campo e processos manuais.

A tecnologia como resposta

Hoje, já existem soluções digitais que podem sanar as dores dos seguros rurais tradicionais, conectando todos os elos da cadeia em uma plataforma integrada e com base em informações confiáveis, automatizadas e auditáveis. Basicamente, isso funciona como uma lente permanente sobre o campo, mostrando em poucos cliques os caminhos para trazer mais eficiência à operação.

A subscrição, por exemplo, passa a ser muito mais segura e personalizada com a tecnologia. Além disso, dados georreferenciados são capazes de avaliar riscos com maior precisão, permitindo a liberação de apólices com base em critérios técnicos.

Já o monitoramento remoto e contínuo por satélite ajuda a prever adversidades — como tempestades e secas —, de forma que o produtor possa atuar preventivamente. Nesse sentido, o acesso a imagens e informações históricas de uma determinada região também promove controle automatizado e a distância de sinistros, apoiando e facilitando o trabalho dos peritos.

A própria contratação do seguro também passa a ser menos burocrática, uma vez que a digitalização acelera o processo e reduz a dependência de visitas in loco, inclusive com facilidades para liberação de subvenções.

Ou seja, todos os desafios operacionais, logísticos e informacionais que impedem a adoção dessa ferramenta em larga escala são solucionados. A longo prazo, isso não só protege o negócio, mas também alavanca o crescimento sustentável do setor.

Com o apoio da tecnologia, o seguro rural tem tudo para se tornar uma infraestrutura essencial para o agro brasileiro. O futuro do segmento já chegou, só precisa ser compreendido e colocado em prática por completo.

(*) CEO da Agrotools.

Agricultura sazonal impulsiona produção e abre espaço para tecnologias biológicas

Agricultura sazonal impulsiona cultivos regionais e consolida bioinsumos no agro

Omês de julho foi marcado por um momento estratégico para a agricultura sazonal no Brasil. Em meio ao clima mais seco e ameno, produtores de diferentes regiões iniciam o cultivo de culturas específicas que se adaptam bem a esse período, como hortaliças, grãos de ciclo curto e raízes. A agricultura segue um ritmo que respeita a natureza e, cada vez mais, incorpora inovação para produzir com eficiência e sustentabilidade. Nesse cenário, os bioinsumos ganham destaque como aliados fundamentais para a saúde do solo, o manejo de pragas e a produtividade das lavouras.

Nas regiões Sul e Sudeste, o período favorece o plantio de hortaliças como alface, couve, brócolis e cenoura, além de beterraba e cebola. Já no Centro-Oeste, mesmo com o período seco, produtores investem em milho-verde e feijão irrigado, enquanto se preparam para a próxima safra de soja e milho. No Nordeste e no Norte, culturas adaptadas ao clima quente e à disponibilidade hídrica, como mandioca, abóbora e frutas tropicais, mantêm o calendário produtivo ativo em áreas irrigadas ou de várzea.

A adoção de bioinsumos, produtos biológicos à base de microrganismos benéficos, extratos vegetais e agentes de controle natural, tem crescido rapidamente nesse tipo de agricultura. Em cultivos de inverno e de ciclo curto, como os realizados em julho, esses insumos favorecem o crescimento vegetal, melhoram a absorção de nutrientes e fortalecem a resistência das plantas a doenças. O uso contínuo também ajuda a regenerar o solo, melhorar a eficiência do uso dos nutrientes no solo e otimizar a estrutura física e microbólica do ambiente agrícola.

As tecnologias envolvidas nos bioinsumos evoluíram consideravelmente nos últimos

Imilia CANVA



“O uso de bioinsumos no período de inverno é uma estratégia fundamental, para o que chamamos de manejo de sistemas, que além de trazer benefícios diretos para a cultura de inverno, traz benefícios diretos e indiretos para a cultura subsequente.

anos. Estão disponíveis no mercado soluções como inoculantes com bactérias fixadoras de nitrogênio, fungos micorrízicos que ampliam a absorção de fósforo, e bioestimulantes que ativam o metabolismo das plantas, inclusive sob estresse hídrico. Além disso, os biodefensivos, compostos biológicos que controlam pragas e doenças sem impactos

tóxicos, já são utilizados em larga escala em hortaliças, frutas e grãos. Essa inovação, somada a políticas públicas de incentivo e capacitação técnica, tem ampliado a adoção dessas práticas em propriedades de todos os portes.

“O uso de bioinsumos no período de inverno é uma estratégia fundamental, para o que chamamos de manejo de sistemas, que além de trazer benefícios diretos para a cultura de inverno, traz benefícios diretos e indiretos para a cultura subsequente.

Em um país de dimensões continentais e diversidade climática como o Brasil, compreender e respeitar os ciclos sazonais da agricultura é essencial. Aliar esse conhecimento à tecnologia dos bioinsumos é um passo decisivo para uma produção mais eficiente, resiliente e alinhada com as exigências do futuro da alimentação.

Reforma tributária exigirá reestruturação fiscal no agronegócio até 2026

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) emitiu um alerta importante para produtores rurais e profissionais da contabilidade que atuam no setor agro: a necessidade urgente de adaptação às mudanças previstas pela reforma tributária, cuja transição obrigatória entra em vigor em 2026. A recomendação é clara — quem atua no agro precisa se preparar desde já, com foco em diagnóstico fiscal, organização documental e planejamento estratégico.

Com a aprovação da reforma, dois novos tributos substituirão os atuais: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que unifica ICMS e ISS, e o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), no lugar de PIS e COFINS. Essas alterações terão impacto direto no agronegócio, incluindo produtores rurais e pessoas físicas, que poderão passar a ser considerados contribuintes conforme sua receita bruta anual a partir de 2024.

“Essa transição representa uma mudança estrutural na forma como o agro opera do ponto de vista tributário”, afirma Adilton dos Santos Gomes, especialista da NTW Agro Contabilidade Especializada, em Luís Eduardo Magalhães (BA). “A escrituração fiscal eletrônica será exigida e a apuração dos tributos será centralizada pela Receita Federal, com base nas informações constantes nos documentos fiscais eletrônicos. Ou seja, não há mais espaço para informalidade ou improviso.”

Com o apoio da tecnologia, o seguro rural tem tudo para se tornar uma infraestrutura essencial para o agro brasileiro. O futuro do segmento já chegou, só precisa ser compreendido e colocado em prática por completo.



backhanding CANVA

O primeiro passo recomendado aos produtores e empresas do setor é o diagnóstico da receita do ano-base de 2024. A partir desse levantamento, será necessário revisar as rotinas fiscais, ajustar cadastros, capacitar equipes e preparar os sistemas de emissão de documentos para atender às novas exigências legais. “Simulações de cenários futuros, com apoio de ferramentas contábeis, são fundamentais nesse momento. Isso permite avaliar o impacto da reforma e tomar decisões mais seguras”, reforça Adilton.

A mudança também implica em um aumento da responsabilidade dos contadores, que precisarão fortalecer a governança fiscal dos clientes. Isso inclui garantir a padronização de cadastros, o correto preenchimento de campos e códigos nas notas fiscais e a integração dos sistemas com a

nova plataforma da Receita. “O contador passa a atuar como um verdadeiro consultor estratégico do produtor, orientando sobre riscos, oportunidades e caminhos possíveis para mitigar custos”, explica o especialista.

Um ponto de atenção diz respeito à carga tributária do setor, que pode ser alterada com o fim de diversos benefícios fiscais estaduais e federais atualmente vigentes. Apesar da proposta da reforma incluir mecanismos de compensação, como crédito presumido e alíquotas diferenciadas, ainda não há garantias de que esses instrumentos serão suficientes para preservar os atuais níveis de tributação. “Existe, sim, o risco de aumento de custo para muitos produtores. Por isso, planejar agora é a melhor forma de evitar surpresas desagradáveis no futuro”, alerta Adilton.

O planejamento tributário, segundo o especialista, será o grande diferencial competitivo durante a transição. Ele permite ao produtor rural tomar decisões com base em dados e cenários, como optar ou não pela formalização como contribuinte, reestruturar a operação ou avaliar o impacto de possíveis alterações no regime. “Essa não é uma mudança pontual, mas um redesenho completo da estrutura tributária. O produtor que não se antecipar pode perder margem, competitividade e até mesmo enfrentar penalidades”, conclui Adilton.

Vacinação in ovo: imunidade antes do nascimento traz melhor performance para a granja

A vacinação in ovo é uma estratégia que vem transformando a produção avícola há mais de 30 anos, proporcionando imunidade precoce aos embriões, maior produtividade e redução significativa de custos. A técnica é utilizada atualmente em mais de 90% dos incubatórios comerciais nos Estados Unidos, Europa e Ásia, imunizando cerca de 20 bilhões de frangos por ano ao redor do mundo.

A imunização ocorre antes da eclosão, garantindo ganhos de sanidade e eficiência, e protegendo o animal desde os primeiros dias. De acordo com Eduardo Muniz, Geren-

te Técnico de Aves da Zoetis, “o processo de vacinação in ovo, além de proporcionar a imunidade necessária no momento ideal, contribui para maximizar a produtividade das granjas”.

A automação do processo elimina variações operacionais e é um dos grandes diferenciais da tecnologia. Equipamentos como o Inovoject® NXT, da Zoetis, líder mundial em saúde animal, permite que os embriões recebam proteção contra doenças como Marek e Gumboro antes mesmo do nascimento, reduzindo significativamente o

estresse dos pintinhos e promovendo uma resposta imunológica mais robusta. A plataforma oferece sensores que monitoram o nível de vacina e desinfetante, garantindo a desinfecção sistemática das agulhas a cada injeção, o que garante a segurança biológica.

“Com as plataformas para injeção automatizada é possível vacinar até 50 mil ovos por hora, reduzindo a variabilidade humana com altíssimos níveis de precisão e controle, otimizando a eficiência do incubatório”, afirma Muniz (<https://www2.zoetis.com.br/painel-da-avicultura/>).